



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO n.º 01/2024
REGISTRO DE PREÇO

O Município de Estância do Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ n.º 13.097.050/0001-80, com sede a Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Bairro Centro, CEP: 49.200-000, por meio da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO – POR ITEM**, nos termos da **Lei n.º 14.133/2021** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

- **ÓRGÃO GESTOR:** Secretaria Municipal da Cultura e Turismo
- **ÓRGÃOS PARTICIPES:** Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
Fundo Municipal de Saúde – FMS;
Secretaria Municipal da Educação – SEME;
Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE;
Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT;
- **DATA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 26/01/2024 às 09h00min (nove horas)
- **LOCAL DA SESSÃO:** www.licitanet.com.br
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO
- **TEMPO DA DISPUTA:** a etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **REGISTRAR PREÇOS** para **LOCAÇÃO DE SERVIÇOS E APARELHAMENTO PARA EVENTOS DIVERSOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em ITENS, conforme tabela constante do Termo de Referência – Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências, inclusive quanto a documentação, fixadas neste Edital e seus anexos e que estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,



imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para o Item 01 participarão exclusivamente as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preceitua o art. 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014.

2.5.1. OS ITENS DESTA LICITAÇÃO SÃO DESTINADOS A TODOS OS TIPOS DE EMPRESAS.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio, visto que a finalidade do consórcio público é a união de pessoa jurídica com vistas a satisfação do interesse coletivo, o que não se aplica nos autos por se tratar de serviço comum e de livre concorrência de mercado, com o objetivo de lucro pelo particular;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item “2.7 – d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens “2.7 – b” e “2.7 – c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens “2.7 – b” e “2.7 – c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item “2.7 – h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão na plataforma LICITANET por meio de chave de acesso e senha.

3.1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

3.2. DA PROPOSTA:

3.2.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, observando as disposições constantes no **Item 4** deste Edital;

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos operacionais, encargos previdenciários, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços, bem como para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

b) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico/SRP, foi **elaborada de maneira independente**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

d) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

g) cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

h) cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

3.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Legislações vigentes;

3.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema;

3.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de



disputa, sendo vedado:

3.9.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10. O valor final mínimo, parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.7. DA HABILITAÇÃO:

3.7.1. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo licitante vencedor, nos termos do art. 63, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, observando as disposições constantes no **Item 7** deste Edital.

3.8. O licitante vencedor deverá enviar no sistema os documentos de habilitação no prazo máximo de 2 (DUAS) HORAS, após a solicitação do pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor.... (unitário) do item;
- b) Marca (quando couber);
- c) Fabricante (quando couber);
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3.1. Na proposta ofertada deverão estar previstas as despesas referentes:

- a) Transporte, instalação, operação, equipamentos, montagem e desmontagem dos equipamentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias (**Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22,**



23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44); todos os materiais/serviços que porventura venham a recair tais obrigações.

b) Licenciamento obrigatório do veículo, vistorias técnicas, combustível e motorista por conta da contratada (**Itens 06, 37,38 e 43**);

c) Licenciamento ambiental, Higienização e Limpeza (**Itens 21 e 22**);

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias (**Itens 42 e 44**).

e) Plano de contenção de pânico e incêndio.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por



todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da](#)



[Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado de Sergipe;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro



lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

6.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.3 - "h"** deste edital.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2. Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do



Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

7.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

7.4.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

7.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do [valor total estimado da contratação.

7.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



7.4.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

7.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. Comprovante de Registro e Regularidade Junto ao **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT**, da empresa e de seu(s) responsável (is) técnico(s), expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e – CREA para os **Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 39 e 40;**

7.5.2. Comprovante de Registro e Regularidade Junto ao **CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT** da empresa e de seu(s) responsável (is) técnico(s), Devendo indicar um **ENGENHEIRO ELETRICISTA OU ELETROTÉCNICO** para os **Itens 06, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 34, 35, 36, 37, 38 e 41;**

7.5.3. Indicação do aparelhamento com respectiva marca e do pessoal técnico, adequados e disponíveis na proposta para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe, vinculado a licitante na forma da lei, que se responsabilizará pelos trabalhos através de declaração formal.

7.5.4. Comprovação de capacitação técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução pela licitante de serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional equivalentes com o objeto da Licitação para suprir todas e quaisquer exigências dos órgãos de segurança para a prestação do serviço;

7.5.5. Atestado(s) devidamente registrado no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT**, de desempenho anterior, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo técnico do profissional de nível superior ou outro equivalente, detentor da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), comprovando a execução de serviços com características técnicas semelhantes às do objeto dos **Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38;**

7.5.6. Licença ambiental do órgão(s) competente(s) para operação e autorização para descarte de resíduos juntos aos respectivos órgãos competentes para os **Itens 21, 22 e 43;**

7.5.7. Qualificação técnica profissional que a empresa possui em seu quadro de pessoal profissional brigadista/bombeiro civil com curso de capacitação técnica para o **Item 35;**

7.5.8. Certificado de Registro de Credenciamento (CRC), expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe, em conformidade à Instrução Normativa n.º 002/2015/CBMSE, com validade na data de apresentação para o **Item 35;**

7.5.9. Comprovação de regularidade perante a Polícia Federal, conforme Portaria n.º 3.233-DG/DPF, de 10/12/2012, para o **Item 44**

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou sob a forma



de autenticação eletrônica digital, a fim de que seja comprovada a veracidade desses com maior celeridade;

7.7. Será verificado se o licitante declarou que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de envio conforme solicitação do Pregoeiro.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala do Setor de Licitações e Contratos, localizada na Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Centro, Estância/SE.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6. Fraudar a licitação;



9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **05(cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens **9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.



9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **9.1.4**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo sistema Licitanet, através do site: www.licitanet.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. As regras referentes ao Registro de Preços, aos Órgãos Gerenciador e Participantes são as que constam da Minuta da Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.estancia.se.gov.br.



12.10.1. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio oficial deste Município, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a)** ANEXO I – Termo de Referência
- b)** ANEXO II – Modelo da Proposta de Preços
- c)** ANEXO III – Modelo da Planilha de Custos
- d)** ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços
- e)** ANEXO V – Minuta do Termo de Contrato
- f)** ANEXO VI – Modelo da Ordem de Fornecimento

Estância/SE, 12 de janeiro de 2024.

Alyson Crispim Nascimento Santos Assunção
Assessor Técnico
Portaria n.º 17/2024



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 01/2024

FONTE: Secretaria Municipal da Cultura e Turismo

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto **Registrar Preço para Contratação de Empresa para Locação de Serviços e Aparelhamento para Eventos Diversos** para servir aos vários eventos que marcam o Calendário Festivo do Município de Estância-SE, visando atender às necessidades das Secretarias/Órgãos e Autarquias deste Município, conforme as cláusulas constantes neste Termo.

1.1.1. ITENS DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – Artigo 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014.

ITEM 01				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	HOUSE MIX – medindo 4,00 x 4,00, na frente do palco, estruturado P30 em alumínio; Cobertura em estrutura de alumínio tipo treliça com andar superior para equipe de iluminação, escada de acesso exclusivo, piso com compensado naval de 15mm, revisto com lona antiderrapante, ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	15	R\$ 2.435,17

ITEM 02				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PALCO TIPO 360º – medindo 12,00 x 12,00 metros, estrutura em de alumínio Tipo P30 com silve, sapata, pau de carga, talhas; fechamentos nos fundos e laterais, teto ou cobertura tipo pirâmide em lona antichama; guarda-corpo travado em todo perímetro; Base 1,00 de altura todo travado em tubos de aço com algemas tipo mirts em relação ao solo; 02 escadas de acesso em alumínio, revisto com material antiderrapante no padrão internacional de Segurança, piso em tablado de aço com superfície em aço, revisto com carpete 01 metro de treliça a frente e nas Laterais pra fixar sonorização tipo line de acordo com planta baixa. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento. Obs 2: Não será aceito palco em aço. Obs 3: Acabamento em toda estrutura em malha preta.	UND/ DIÁRIA	03	R\$ 17.000,00



	Necessário emissão da ART do engenheiro responsável e teste de carga. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.			
--	---	--	--	--

ITEM 03				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PALCO PROFISSIONAL – medindo 14,00 x 12,00 metros, estrutura para cobertura de alumínio Tipo P30 com slive sapata pau de carga talha; fechamentos laterais e nos fundos, teto ou cobertura em lona antichama; guarda-corpo travado em todo perímetro; Base 2,20m de altura todo travado em tubos de aço com algemas tipo mirrs em relação ao solo; Escadas de acesso em alumínio, revisto com lona antiderrapante no padrão internacional de Segurança, piso em tablado de aço com superfície em compensado naval de 17mm, revisto com carpete com um metro a frente pra fixar sonorização tipo line. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento; Obs 2: Não será aceito palco em aço. Obs 3: Acabamento em toda estrutura em malha preta. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável e teste de carga. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	6	R\$ 12.258,89

ITEM 04				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	CAMAROTE – medindo 18,00 x 8,00 x 2,00m, estrutura com cobertura em alumínio tipo Box Truss, cobertura em lona piramidal antichamas, guarda poço em todo o perímetro e escada com corrimão. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento. Obs 2: Acabamento em toda estrutura em malha preta. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura para evento com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	05	R\$ 15.666,66



ITEM 05				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	BACKDROP – medindo 2,50 altura x 4,00 comprimento, estrutura em alumínio tipo treliça, P30 montado no cubinho com sapata quadrada (no cubinho não será aceito silve). Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.	UND/ DIÁRIA	59	R\$ 1.300,00

ITEM 06				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	TRIO ELÉTRICO MÉDIO PORTE - reconhecimento nacional ou Internacional Especificações do trio elétrico - médio porte: - caminhão (03 eixos - 01 na dianteira e 02 na traseira) - mínimo de 08 metros de comprimento – 2,4m de largura x 3,5m de altura) - 02 grupo moto gerador equivalente ou similar, sendo 01 de reserva, com capacidade de carga mínima de 30 kva, palco todo forrado de grama sintética. Sistema de som e periféricos - laterais l/r: 12 graves, 12 médios graves, 06 cornetas titânio, frente/fundo: 08 graves, 04 médios graves, 04 cornetas titânio, equivalente ou similar. 01 (um) console (mix) digital mínimo de 32 canais, mínimo equivalente ou similar de 08 vias, 02 monitores de chão, 08 microfones, para atender som mecânico, show musical ao vivo. Os trios elétricos deverão ter os equipamentos mínimos para apresentação de guitarra, violão, cavaquinho, teclado, contrabaixo, sax alto, sax tenor, trompete, trombone, bateria completa, congas, timbau, repique, 02 surdos e efeitos, 04 (quatro) backing vocal. Abastecimento por conta do contratado. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. Necessário Licença ambiental do município da execução do serviço.	UND/ DIÁRIA	6	R\$ 6.368,87

1.1.2. ITENS DESTINADOS A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE EMPRESA (AMPLA CONCORRÊNCIA).

ITEM 07				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PALCO PROFISSIONAL DUPLO – medindo 28,00 x 12,00 metros, estrutura para cobertura de alumínio Tipo P30, com silve, sapata, pau de carga talhas; fechamentos laterais em tela tipo lona nos fundos – brancas, higienizadas, em perfeito estado de conservação, teto ou cobertura em lona antichama; guarda-corpo travado em todo perímetro; Base	UND/ DIÁRIA	08	R\$ 37.666,66



	2,20m de altura todo travado em tubos de aço com algemas tipo miris em relação ao solo; Escadas de acesso em alumínio revisto com lona antiderrapante no padrão internacional de Segurança, piso em tablado de aço com superfície em compensado naval de 17mm, revisto com carpete um metro a frente pra fixar sonorização tipo line. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento. Obs 2: Não será aceito palco em aço. Obs 3: Acabamento em toda estrutura em malha preta. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável e teste de carga. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura para evento com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.			
--	---	--	--	--

ITEM 08				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PALCO PROFISSIONAL DUPLO – medindo 40,00 x 16,00 metros, estrutura de alumínio Tipo P30 com silve, sapata, pau de carga talhas; fechamentos laterais e no fundo em tela tipo lona, teto ou cobertura brancas higienizadas em perfeito estado de conservação em lona antichama; guarda-corpo travado em todo perímetro; Base 2,20m de altura todo travado em tubos de aço com algemas tipo miris em relação ao solo; escadas de acesso em alumínio de revisto com lona antiderrapante no padrão internacional de Segurança, piso em tablado de aço com superfície em compensado naval de 17mm, revisto com carpete um metro a frente pra fixar sonorização tipo line. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento. Obs 2: Não será aceito palco em aço. Obs 3: Acabamento em toda estrutura em malha preta. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável e teste de carga. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura para evento com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	05	R\$ 40.000,00

ITEM 09				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PALCO PROFISSIONAL – medindo 8,00 x 8,00 metros, estrutura para cobertura de alumínio Tipo P30 com silve,	UND/ DIÁRIA	40	R\$ 7.333,33



	sapata, pau de carga talhas; fechamentos laterais e nos fundos, teto ou cobertura em lona antichama; guarda-corpo travado em todo perímetro; Base 2,20m de altura, todo travado em tubos de aço com algemas tipo mirts em relação ao solo; escadas de acesso em alumínio, revisto com lona antiderrapante no padrão internacional de Segurança, piso em tablado de aço com superfície em compensado naval de 17mm, revisto com carpete um metro a frente pra fixar sonorização tipo line. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento. Obs 2: Não será aceito palco em aço. Obs 3: Acabamento em toda estrutura em malha preta. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável e teste de carga. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.			
--	---	--	--	--

ITEM 10				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PALCO PROFISSIONAL: medindo 10,00 x 10,00 metros, estrutura para cobertura de alumínio Tipo P30 com silve sapata pau de carga talha; fechamentos laterais em tela tipo perfurite nos fundos, teto ou cobertura em lona antichama; guarda-corpo travado em todo perímetro Base 2,20m de altura todo travado em tubos de aço com algemas tipo mirts em relação ao solo; escadas de acesso em compensado naval de 17mm, revisto com lona antiderrapante no padrão internacional de Segurança, piso em tablado de aço com superfície em compensado naval de 17mm, revisto com carpete um metro a frente pra fixar sonorização tipo line. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento. Acabamento em toda estrutura em malha preta obrigatório a ART do engenheiro responsável e teste de carga.	UND/ DIÁRIA	20	R\$ 12.333,33

ITEM 11				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	GALPÃO EM ALUMÍNIO TIPO COBERTURA DUAS ÁGUAS - medindo 10,00 largura x 20,00 comprimentos, 05m de altura em alumínio P30, linha pesada com 06 Silve ou cubinho, 06 Pau de carga, 06 talhas COM PISO 10X20m em MADERITE NAVAL no mínimo 17mm. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento;	UND/ DIÁRIA	40	R\$ 13.633,33



	Obs 2: Não será aceito palco em aço. Obs 3: Acabamento em toda estrutura em malha preta. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável e teste de carga. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.			
--	---	--	--	--

ITEM 12				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	GALPÃO EM ALUMÍNIO TIPO COBERTURA DUAS ÁGUAS - medindo 08,00 m larguras x 10,00 m comprimento, 05 m de altura em alumínio P30, linha pesada com 06 Silve ou cubinho, 06 Pau de carga, 06 talhas com piso 10x20m em maderite naval com no mínimo 17mm. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento; Obs 2: Não será aceito palco em aço. Obs 3: Acabamento em toda estrutura em malha preta. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável e teste de carga. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura para evento com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	10	R\$ 10.700,00

ITEM 13				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	CAMARIM – medindo 5,00 x 4,00 – Estandes/camarins montados em estrutura de octanorme, com paredes em divisórias de painéis TS dupla face brancos, acoplados em montantes e travessas de alumínio com pé direito de até 3,20 m, piso de madeira de 15 mm acarpetado ou revestido com vinil plástico, iluminação com lâmpadas fluorescentes de 20 watts a cada 2,0 m² e refletores led de 100 watts, tomadas tripolares de 110/220volts, 01 ar-condicionado de 10.000 Btus, testeira de identificação. Incluso montagem e desmontagem (Espelho, Sofá, Tapete, Frigobar, Mesa Plástica com cadeiras e Extintores). Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e	UND/ DIÁRIA	80	R\$ 3.263,69



	oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.			
--	--	--	--	--

ITEM 14				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	TOLDO 6,00 X 6,00M – cobertura piramidal, estrutura em aço com lona branca, antichamas, revestida em PVC e poliéster, com proteção contra raios ultravioleta e vulcanizado eletronicamente. Com 01 ponto de luz refletor tipo LED 100 W. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	1000	R\$ 264,97

ITEM 15				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	TOLDO 5,00 X 5,00M – Cobertura piramidal, estrutura em aço com lona branca, antichamas, revestida em PVC e poliéster, com proteção contra raios ultravioleta e vulcanizado eletronicamente. Contendo 01 ponto de luz refletor tipo LED 100W. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	1000	R\$ 217,11

ITEM 16				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	ENTRADA – com disciplinadores em estrutura tubular de aço. Medindo 6,00 x 12,00m. Com seis baias identificadas. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.	UND/ DIÁRIA	80	R\$ 1.971,42



ITEM 17				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PRATICÁVEL – Tipo Rosco em estrutura de alumínio, piso em compensado naval de 15mm, com forração em carpete. Obs. Pantográfico. Não será aceito caso substituído por metalon.	UND/ DIÁRIA	600	R\$ 205,44

ITEM 18				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	GERADOR – de 150 KVA de potência, com silenciador, devidamente abastecido e no local do evento, sendo que o mesmo deverá estar à disposição com 6 horas de antecedência, a fim de fazer a passagem de som, luz e toda necessidade do evento. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	30	R\$ 3.603,33

ITEM 19				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	GERADOR – de 180 KVA de potência, com silenciador, devidamente abastecido e no local do evento, sendo que o mesmo deverá estar à disposição com 10 horas de antecedência a fim de fazer as devidas vistorias e passagem de som, luz e toda necessidade do evento. Obrigatório a emissão da ART do engenheiro responsável e devidamente abastecido. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura para evento com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	50	R\$ 4.335,02

ITEM 20				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	GERADOR – de 220 KVA de potência, com silenciador. Devidamente abastecido e no local do evento, sendo que o mesmo deverá estar à disposição com 10 horas de	UND/ DIÁRIA	50	R\$ 5.697,78



	antecedência a fim de fazer a vistoria e passagem de som, luz e toda necessidade do evento. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura para evento com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.			
--	---	--	--	--

ITEM 21				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SANITÁRIO QUÍMICO – portáteis, distribuídos em todos os espaços dos eventos, higienizados diariamente durante os dias dos eventos do município, colocação de papel higiênico e caminhão de limpeza.	UND/ DIÁRIA	1105	R\$ 421,29

ITEM 22				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SANITÁRIO QUÍMICO – para pessoas portadoras de necessidades especiais (PPNE's) – portáteis, distribuídos em todos os espaços dos eventos, higienizados diariamente durante os dias dos eventos na sede do município, colocação de papel higiênico e caminhão de limpeza. De acordo com todas normas da ABNT.	UND/ DIÁRIA	250	R\$ 532,60

ITEM 23				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	FECHAMENTO METÁLICO – Fechamentos estruturados em ferro metalon, fechados em chapa 18 e corrugados na cor prata, em perfeito estado para o uso apoios de sustentação em 45 graus (mão francesa) para apoio e fixação com pinos de aço 2,00 x 2,20m cada placa. Obs. Equipe de manutenção com 48 horas de antecedência no local e durante todo o evento. AS SINALIZAÇÕES DE ENTRADA DE PÚBLICO E SAÍDAS DE EMERGÊNCIA SERÃO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO (DE ACORDO COM PROJETO DO CONTRATANTE). Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos	UND/ DIÁRIA	25800	R\$ 72,37



competentes de fiscalização.

ITEM 24

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PAINEL DE LED OUTDOOR 8X4 – TELAS EM LEDS DE 3MM equivalente ou similar, reconhecimento nacional e internacional em altíssima definição (para transmissão simultânea), capaz de ser utilizado em área externa (outdoor), a prova de chuva, com visibilidade de 3 a 100 metros (mínimo e máximo), funcionamento em qualquer sistema de vídeo (NTSC/PAL-M) equivalente ou similar, frequência de scan de no mínimo 480 HZ, entradas de sinal diversas (supervídeo, componente, VGA, digital) com opção de instalação pendurado ou empilhado. Cabeamento completo, laptop, processador led sync e 01 técnico para operação (COM TRAVE GOL 9x6 EM ALUMÍNIO P30 COM SAPATA, SLIVE, PAU DE CARGA E TALHA DE 1 TONELADA). Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.	UND/ DIÁRIA	25	R\$ 8.266,66

ITEM 25

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PAINEL DE LED OUTDOOR 6X4 – TELAS EM LEDS DE 3MM equivalente ou similar, reconhecimento Nacional e internacional em altíssima definição (para transmissão simultânea), capaz de ser utilizado em área externa (outdoor) a prova de chuva, com visibilidade de 3 a 100 metros (mínimo e Máximo), funcionamento em qualquer sistema de vídeo (NTSC/PAL-M), equivalente ou similar frequência de scan de no mínimo 480 HZ, entradas de sinal diversas (supervídeo, componente, VGA, digital) com opção de instalação pendurado ou empilhado. Cabeamento completo, laptop, processador led sync e 01 técnico para operação. (COM TRAVE GOL7x5 EM ALUMÍNIO P30 SLIVE PAU DE CARGA E SAPATA QUADRADA E TALHA DE 1 TONELADA). Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.	UND/ DIÁRIA	27	R\$ 7.300,00

ITEM 26

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PAINEL DE LED OUTDOOR 4X3 – TELAS EM LEDS DE 3MM equivalente ou similar com reconhecimento Nacional e Internacional em altíssima definição (para transmissão	UND/ DIÁRIA	43	R\$ 5.900,00



	simultânea), capaz de ser utilizado em área externa (outdoor) a prova de chuva, com visibilidade de 3 a 100 metros (mínimo e Máximo), funcionamento em qualquer sistema de vídeo (NTSC/PAL-M), equivalente ou similar frequência de scan de no mínimo 480 HZ, entradas de sinal diversas (supervídeo, componente, VGA, digital) com opção de instalação pendurado ou empilhado. Cabeamento completo, laptop, processador led sync e 01 técnico para operação. (COM TRAVE GOL 5x5 EM ALUMÍNIO P30, SLIVE, PAU DE CARGA, SAPATA QUADRADA E TALHA DE 1 TONELADA). Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.			
--	--	--	--	--

ITEM 27				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PLACAS DE LED OUTDOOR 0,50X1.00 – DE 3MM equivalente ou similar reconhecimento Nacional e internacional em altíssima definição (para transmissão simultânea), capaz de ser utilizado em área externa (outdoor), a prova de chuva, com visibilidade de 3 a 100 metros (mínimo e máximo), funcionamento em qualquer sistema de vídeo (NTSC/PAL-M) equivalente ou similar, frequência de scan de no mínimo 480 HZ, entradas de sinal diversas (supervídeo, componente, VGA, digital) com opção de instalação pendurado ou empilhado. Cabeamento completo, Notebook, processador led sync e 01 técnico para operação (COM TRAVE GOL 7x5 com ALUMÍNIO, P30 COM SAPATA, SLIVE, PAU DE CARGA E SAPATA QUADRADA E TALHA DE 1 TONELADA) para executar a fixação quanto solicitado pelo órgão gestor do contrato. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.	UND/ DIÁRIA	1.005	R\$ 480,00

ITEM 28				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PALCO DUPLO TIPO LCR – Sistema de P.A. (PublicAddress) Line Array contendo no mínimo 60 subgraves de 18 LCR com 48 caixas altas sendo que 16L e 16C e 16R dos entre os dois palcos V-Dosc / Nexo / DAS / EAW / Meyer /LS 210 / Norton / FZ Áudio ou equivalente ou similar em qualidade e reconhecimento nacional e internacional, 04 torres de delay de 08 altas, Sapatas quadradas com cabos de segurança ou com 04 peças 02 metros nos pés; 04 consoles digitais (2 para cada palco) com no mínimo 60 canais e 16 auxiliares. 04 Sistema SIDE DRUM bass reflexo tipo LA com amplificação e cabo equivalente ou similar – 02 Mixer console digital para PA, Yamaha CL5/ PM5D RH /	UND/ DIÁRIA	10	R\$ 41.444,44



	DIGIDESING VENUE equivalente ou similar em qualidade e reconhecimento nacional ou internacional com 60 canais e 02 multi-cabos equivalente ou similar em qualidade, com reconhecimento nacional.e internacional BACKLINE 02 Mixer console digital para (MONITOR) backline PM5D digedesigner venue equivalente ou similar em qualidade e reconhecimento Nacional ou Internacional com 60 canais; – 04 Amplificador de guitarra valvulado com caixa Marshall JCM 900, twin fender equivalente ou similar – 02 Amplificador de Baixo 800 Watts c/ cx. 04 x 10" e 01 x 15" tipo AMPEG, GK 800 equivalentes ou similar, 06 monitores (02 fal 15" e 01 drive TI), 06 monitores (02 fal 12" e 01 drive TI), monitoramento necessário PARA CADA PALCO. -10 Microfones Condensadores para alta shure 91, shure 98, AKG 414, AKG 419, shure SM 81, AKG C1000 equivalente ou similar com pedestais PARA CADA PALCO. -06 Microfones sem fio UHF BETA 58 A, beta 87 A, áudio técnica AT 3 A equivalente ou similar com pedestais PARA CADA PALCO. – 20 Direct Box IMP2, Klarktechnik DN100 equivalente ou similar – Sistema de comunicação entre P.A Passa cabo em plástico suficiente para todas áreas de cabo exposta ao público e palco visando a proteção e danos não será aceito sistemas de som artesanais ou de fabricação própria de reconhecimento Nacional e internacional demais equipamentos para atender as especificações técnicas da contratante e atrações musicais e culturais que irão se apresentar na cidade. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.			
--	---	--	--	--

ITEM 29				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL 40 SUBGRAVES – 32 Altas Sistema de P.A. (PublicAddress) 32 Line Array Stereo LR com projeção de médio e curto alcance, V-Dosc / Nexo / DAS / EAW / Meyer /LS 210 / Norton / FZ Áudio ou equivalente ou similar em qualidade e reconhecimento nacional. e internacional – Sistema para sub-woffer com 20 caixas com dois falantes de 18". V -Dosc / Nexo / DAS / EAW / Meyer/ JBL / Norton / FZ Áudio ou equivalente ou similar em qualidade e	UND/ DIÁRIA	25	R\$ 14.733,33



reconhecimento nacional e internacional. Amplificação e cabeamento completo compatível com o as caixas. – Gerenciamento via computador com software dedicado, com cobertura e pressão sonora pré-programados e assistido, funções e reconhecimento para o P.A linearray, com reconhecimento nacional. e internacional e – 02 Torres de delay com 08 Line Array LA 900 por lado compatível com o ambiente; com grid em alumínio de 08 metros de altura por 02 metros de comprimento. – Sapatas quadradas com cabos de segurança ou com 04 peças 02 metros nos pés; – BACKLINE; – 02 Mixer console digital para PA e MONITOR Yamaha PM5D RH, digidesing venue equivalente ou similar em qualidade com 60 canais e 01 multicabos 60 canais equivalente ou similar em qualidade, com reconhecimento Nacional e internacional – Com Estabilizadores com filtro de linha FURMAN equivalente ou similar; – 18 Monitores de chão tipo EAW SM 400 equivalentes ou similar; – 02 Side fill ativo 04 vias Stereo c/ cx. tipo 02 KF 850 e 02 cx. tipo SB 850 ou equivalente por lado. Amplificação, processamento digital e cabos equivalente ou similar; – 02 Sistema side drum bass reflexo tipo LA com amplificação e cabo equivalente ou similar; – 02 Amplificador de guitarra valvulado com caixa Marshall JCM 900, Twin fender ou equivalente ou similar; – 01 Amplificador de Baixo 800 Watts c/ cx. 04 x 10" e 01 x 15" tipo AMPEG, GK 800 ou equivalente ou similar; - Microfones Dinâmicos shure 58, 57, 52, beta 58, BETA 57A, sennherheiser 421, AKG , AKG D112, EV 408, equivalente ou similar com pedestais. – 10 Microfones Condensadores para alta shure 91, shure 98, AKG 414, AKG 419, shure SM 81, AKG C1000 equivalente ou similar pedestais. – 08 Microfones sem fio UHF BETA 58 A, beta 87 A, áudio técnica AT 3 equivalentes ou similar com pedestais. – 20 Direct Box IMP2, Klarktechnik DN100 equivalente ou similar; – Sistema de comunicação entre P.A; – Passa cabo em plástico suficiente para todas as áreas de cabo exposta ao público e palco, visando a proteção e danos. Não será aceito sistemas de som artesanais ou de fabricação própria sem reconhecimento Nacional e internacional. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.			
---	--	--	--



ITEM 30				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL 32 SUBGRAVES – Sistema de P.A. (PublicAddress) Line Array Stereo LR com 8 R/8 L caixas de projeção de médio e curto alcance, 02 torres de delay de 08 metros com 04 altas tipo V -Dosc / Nexo / DAS / EAW / Meyer/ LS / Norton / FZ Áudio equivalentes ou Similar em qualidade e reconhecimento Nacional e internacional. – Sistema para sub-woffer com 16 caixas falantes duplos V -Dosc / Nexo / DAS / EAW / Meyer/ JBL / Norton / FZ Áudio equivalente ou similar em qualidade e reconhecimento nacional e internacional. Amplificação e cabeamento completo compatível com as caixas. – 01 Mixer console digital para PA, DIGIDESING VENUE equivalente ou similar em qualidade e reconhecimento Nacional e internacional com 48 canais e 01 multicabo ou equivalente em qualidade, com reconhecimento nacional. BACKLINE – 01 Mixer console digital para MONITOR “01 sistema de backline”, DIGEDESIGNER VENUE equivalente ou similar em qualidade e reconhecimento nacional e internacional com 48 canais; – 02 Estabilizador com filtro de linha FURMAN Ou similar -10 Monitores de chão tipo EAW SM 400 ou equivalente. Amplificação e cabos. – 01 Side fill LR 04 vias stereo c/ cx. Tipo 02 KF 850 e 02 cx. Tipo SB 850 similar ou equivalente por lado. Amplificação, processamento digital e cabos ou equivalentes. Ou similar – 02 Sistema sidedrum base reflexo tipo LA/LS com amplificação e cabo equivalente ou similar – 02 Amplificador de guitarra valvulado com caixa de 02 falantes – 01 Amplificador de Baixo 800 Watts – 06 microfones sem fio Dinâmicos shure 58, 57, 52, beta 58, BETA 57A, senerheiser 421, AKG, AKG equivalente ou similar demais equipamentos para atender as especificações técnicas da contratante e atrações musicais e Culturais que irão se apresentar na cidade. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura para com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	60	R\$ 10.390,13



ITEM 31				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL – contendo no mínimo 16 subgraves de 18º, Line Array 08 altas de cada lado, 01 consoles digital x32 full ou M32 full equivalente ou similar com no mínimo 32 canais 16 auxiliares, Multi cabo 32 vias cubo (baixo, 01 de guitarra e 01 teclado), 08 vias de fone, Side monitor LR (com 04 graves 04 altas), 06 microfones sem fio 01 Kit bateria, 15 microfones sm 58, 10 microfones tipo sm 57, 04 monitores (02 falantes 15 e 01 drive TI), 04 monitores (02 falantes 12” e 01 drive TI) para monitoramento demais equipamentos para atender as especificações técnicas da contratante e atrações musicais que irão se apresentar na cidade. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.	UND/ DIÁRIA	120	R\$ 2.860,56

ITEM 32				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL – contendo no mínimo 08 subgraves, com falante de 18 polegadas 1500 w 04 altas médio grave, com 01 falante de 600w e dois drives TI nas caixas, 01 consoles digital com no mínimo 32 canais, 01 kit de microfones de bateria, 06 microfones sem fio, 08 microfones tipo SM 58, 08 tipo SM 57, 04 monitores (02 fal 12” e 01 drive TI), monitoramento necessário e demais equipamentos para atender as especificações técnicas da contratante e atrações musicais que irão se apresentar na cidade. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.	UND/ DIÁRIA	100	R\$ 1.933,33

ITEM 33				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL – contendo no mínimo 04 subgraves, com falante de 18 polegadas 1500 w 04 altas médio grave, dois drives TI, 01 consoles digital com no mínimo 16 canais, 01 kit de microfones de bateria, 04 microfones sem fio, 06 microfones tipo SM 58, 06 tipo SM 57, 02 monitores (02 fal 12” e 01 drive TI), monitoramento necessário e demais equipamentos para atender as especificações técnicas da contratante e atrações musicais que irão se apresentar na cidade. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável.	UND/ DIÁRIA	500	R\$ 1.216,67



ITEM 34				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO MÉDIO PORTE – reconhecimento Nacional e internacional contendo: 01 console GRAM MA2 01 GRIDE 09X09x10 de altura 12 refletores GOBY 08 Refletor Elipsoidal ETC, DTS, ou equivalente (contendo Iris, zoom, facas, 10 mini brutts com 04 lâmpadas; 15 StroboAtomic 3000 (Martin, DTS ou 50 Par LED RGBWA 14x18watts; 24 movingBeam 09R (Sharpp, Prolight equivalente ou similar); 16 wash 02 máquinas de fumaça com ventiladores, 01 Canhões seguidor 1200 ou equivalente; 24 canais de Rack de dimmer com 24 canais pro Power; Sistema de AC, dimmer e cabeamento para atender todos equipamentos; 01 técnico de iluminação para acompanhamento e operação do sistema. Com estrutura de todo sistema montado nos respectivos grids contendo 09 metros de Altura, 09 metros de comprimento e 10 metros de largura com silve, sapata, pau de carga e talhas aterrados. Necessário emissão da ART do responsável técnico. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	50	R\$ 7.894,00

ITEM 35				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PEQUENO PORTE – reconhecimento Nacional e internacional composta por 12 refletores par led 09X18W RGBWAUV 04 P5 Ribaltas 04 WASH 02 Elipsoidal 04 refletores tipo Gob y quente e frio; 01 máquina de fumaça sendo acompanhada pela mesa tipo comando MINE AVOLAITE. Obs. Todos EQUIPAMENTOS outdoor IP65 MENOS OS WASH Briwak PRO LIGHT equivalente ou similar Equipe de manutenção no local durante todo o evento de reconhecimento Nacional e internacional demais equipamentos para atender as especificações técnicas da contratante e atrações musicais e culturais que irão se apresentar na cidade. Necessário emissão da ART do responsável técnico.	UND/ DIÁRIA	150	R\$ 1.666,66



ITEM 36				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO GRANDE PORTE – reconhecimento Nacional e internacional contendo: 01 console tipo GRAM MA2 01 de 20 refletores GOBY quente e frio 20 ribaltas P5, 20 mini brutts com 04, 20 mini brutts com 02 lâmpadas LED 30 Strobo Atomic 3000 (LED); 80 Par LED RGBWA 14x18 18 Refletor Elipsoidal ETC, DTS, equivalente ou similar (contendo Iris, zoom, facas e gelatinas rosco, Lee ou 20 wash 50 moving Beam 9R (Sharpp, Prolight equivalente ou similar); 02 máquinas de fumaça tipo hase com ventiladores, 02 Canhões seguidor 1200 equivalentes ou similar; 24 canais de Rack de dimmer com 48 canais pro Power; Sistema de AC, dimmer e cabeamento para atender todos equipamentos; - 01 técnico de iluminação para acompanhamento e operação do sistema. Estrutura de todo sistema montado nos respectivos grids 10 de Altura 10 de comprimento 10 de largura com silve sapata e pau de carga e talhas e aterrados. O gride é por conta do contratado. Necessário emissão da ART do engenheiro responsável. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela instalação e montagem da estrutura com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.	UND/ DIÁRIA	30	R\$ 16.500,00

ITEM 37				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	MINI TRIO ELÉTRICO – reconhecimento nacional ou Internacional com Km livre, inclusive, já abastecido com combustível, motorista habilitado para este fim, licenciado junto aos órgãos competentes. Do município tudo em conformidade com a legislação vigente. O veículo deverá possuir palco com iluminação e grades de proteção, ser traçado, em bom estado de conservação; gerador, som igual ou superior a 15.000 watts; 08 graves, 20 médio graves de 400 watts, 20 cornetas fenólicas, com amplificadores, instalações elétricas de acordo ou padrões obrigatórios mesa de 24 canais; 10 microfones; 10 pedestais; 02 microfones sem fio; 06 retornos d voz. Gravador de som, leitor de cd e que toque mp3 e outros formatos. Devendo está no local do evento sinalizado na ordem de serviço 1H antes do evento. Abastecimento por conta do contratado obrigatório eletrotécnico 02 módulos de 8000, 02 módulos de 3000 equivalentes ou similar.	UND/ DIÁRIA	74	R\$ 3.433,19



	Necessário emissão da ART do engenheiro ou Eletrotécnico responsável. Licença ambiental do município da execução do serviço com documentação em nome da empresa.			
--	---	--	--	--

ITEM 38				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	TRIO ELÉTRICO GRANDE PORTE – de reconhecimento nacional ou Internacional Carroceria: montada com aproximadamente 24,00m de comprimento, 5,00m de altura, 4,70m de largura (com orelhas abertas), palco principal medindo 8,00m de comprimento por 4,80m de largura e forrado com grama sintética; Acessos: dos ACESSO AO PALCO independente; Cavalo de força: trucado, ano de fabricação a partir de 2013; Camarim: dois, com ar condicionado e um banheiro cada; Sistema de Iluminação: 01 mesa de iluminação, 16 Refletores PAR LED, 08 mini-brut; equivalente ou similar Sistema de Sonorização (3 vias): PA Frente e Fundo - 64 LOW / 64 MID LOW / 60 MID ALTAS; Laterais – 60 LOW / 32 MID LOW / 24 MID ALTAS; equivalente ou similar Amplificadores Laterais - 24 amplificadores compatíveis com o sistema; Amplificadores frente e fundo - 26 amplificadores compatíveis equivalente ou similar com o sistema; Sistema de AC - 02 geradores com capacidade mínima de 180 Kva cada / 06 pontos de AC de 120V, 60 Hz estabilizados no palco; Consoles e periféricos: 02 consoles de mixagem com equalização paramétrica de 52 canais, no mínimo 12 auxiliares (mesa digital) / 04 equalizadores estéreos / 4 equalizadores 31 bandas estéreos / 02 divisores / 06 vias estéreos / 02 compressores quádruplos / 02 compressores duplos / 03 Quadri-gate / 02 processadores digital / 02 processadores de efeito / 01 DVD player com leitura para MP3; equivalente ou similar Monitores: 08 monitores de voz com 01 falante de 15" / 01 monitor de bateria com 02 falantes de 15" / 02 Monitores para percussão com 01 falante de 15" / 02 Amplificadores para Guitarra / 01 Amplificador para Teclado / 01 Amplificador para Contra Baixo. Equipamentos: 01 Bateria Acústica Completa (01 Bumbo, 01 Surdo, 02 Toms, Máquina de Chimbal, 03 Estantes para Prato e Banco) / 01 Estante para Teclado / 30 microfones sem fio / 40 microfones com fio / 30 pedestais para microfones / 30 garras. EQUIPE TÉCNICA: 1 Produtor, 1 Técnico de Som, 2 ajudantes; MOTORISTA: 1 condutor habilitado para categoria carreta; ELETRICISTA GRUPOS GERADORES: 1 técnico. Necessário emissão da ART do responsável técnico.	UND/ DIÁRIA	6	R\$ 25.006,56



ITEM 39				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	PORTAL LINHA EM TRAVE – trave para portal de Boas-vindas aos festejos, em alumínio, montado no cubinho de 04 faces chegando até 30 metros de largura e 15 metros de altura. Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento. Necessário emissão da ART do responsável técnico.	UND/ DIÁRIA	30	R\$ 3.220,39

ITEM 40				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	GRADE DE CONTENÇÃO – Grade de contenção de público em aço galvanizado medindo 2,00 x 1,20m, com cantos arredondados em manutenção preventiva durante todo o evento. Necessário emissão da ART do responsável técnico.	UND/ DIÁRIA	18.205	R\$ 61,77

ITEM 41				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	CAIXAS DE SOM AMBIENTAIS – reconhecimento nacional ou Internacional 48 caixas próprias para serem colocadas em postes de iluminação. Especificações Técnicas: – Impedância Nominal: 0 OHMS – Potência Musical: 300 WATTS – Potência RMS: 150 Watts – Resposta de Frequência: 54 Hz A 20 KHz equivalente ou similar Dimensões aproximadas: 51x38x31, 5cm (AxLxP) Peso aprox. c/ embalagem: 17Kg Obs. Equipe de manutenção no local durante todo o evento. Necessário emissão da ART do responsável técnico.	UND/ DIÁRIA	14	R\$ 7.000,00



ITEM 42				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SEGURANÇAS UNIFORMIZADOS CBO 5171-10 – ABNT/NBR 14.608:2007: Bombeiro de segurança – HOMEM/DIA Previnem situações de risco e executam salvamentos terrestres, aquáticos e em altura, protegendo pessoas e patrimônios de incêndios, explosões, vazamentos, afogamentos ou qualquer outra situação de emergência, com o objetivo de salvar e resgatar vidas; prestam primeiros socorros, verificando o estado da vítima para realizar o procedimento adequado; realizam cursos e campanhas educativas, formando e treinando equipes, brigadas e corpo voluntário de emergência. Formação e experiência: Certificados devidamente credenciados junto ao corpo de bombeiros.	UND/ DIÁRIA	1500	R\$ 329,14

ITEM 43				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	CARRO DE SOM – atendendo as seguintes especificações mínimas: Carro de som reconhecimento Nacional e internacional com alimentação, através baterias e fonte de energia; 14 (quatorze) caixas de som; GRAVE/ MÉDIO GRAVE 12(doze) cornetas; 12 (doze) twiteres; Mesa de som 12 canais, 02 módulos de 3000 02 módulos de 5000 02 módulos de 1500 equivalente ou similar watts, 01 crossover, 02 microfones sem fios, 01 microfone com fio, cd play com entrada para Pendrive, 02 pedestais. Observação: o carro de som deverá ter uma potência que será bem audível a 200 metros. Licença ambiental do Município da execução do serviço com documentação em nome da empresa.	Hora	5.000	R\$ 118,33

ITEM 44				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO POR UNIDADE(R\$)
01	SERVIÇO DE APOIO DO TIPO SEGURANÇA DESARMADA – para controle de público e segurança preventiva a fim de garantir a incolumidade física e a integridade das pessoas durante os eventos realizados pelo contratante, devidamente uniformizados e identificados, portando 10	UND/ DIÁRIA	3.000	R\$ 405,33



	rádios hts (vhf) com fones e microfones de lapela ou similares. 10 detectores Metais com registro na polícia federal. Apoio a logística tipo staff do evento quando solicitado.			
--	---	--	--	--

1.2. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

12.1. Na ordem de serviço deverá constar data, horário e local para a prestação do serviço. Nos itens que a unidade é UND/DIÁRIA, o tempo da diária será compreendida em 24 horas – Passando a contar, no horário determinado na ordem. Exceto aqueles serviços onde tem limitação de horário de acordo com as leis trabalhistas.

12.2. É de obrigação da empresa a montagem, instalação e suas respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART/CREA) e/ou TRT/CFT, devidamente assinada, válida e quitada no período da execução dos serviços para a vistoria técnica. É necessária também a apresentação do teste de carga e documentos necessários e solicitados na vistoria. É de obrigação da contratada também a desmontagem de toda a estrutura, no máximo, 48 horas após a realização dos eventos.

12.3. O serviço de carro de som será pela quantidade de horas solicitadas na ordem.

1.3. Os Itens objeto da presente licitação são classificados como bens e serviços comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência do serviço é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo admitida sua prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. O contrato/ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O fornecimento dos itens acima descritos será parcelado, nos prazos e nos locais de entrega indicados no Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, disponível em: <https://www.estancia.se.gov.br/Handler.ashx?f=f&query=f7b7d23f-5049-48d3-bc7b-59ae674fa1da.pdf> >

3. DA JUSTIFICATIVA E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O processo em epígrafe tem por objetivo proporcionar infraestrutura aos tradicionais eventos que marcam o calendário festivo da cidade de Estância, tais como: Carnaval, Emancipação Política, Aniversário da Cidade, Festejos Juninos, Festejos Natalinos, Réveillon, dentre outros que fazem parte da Programação Oficial de Eventos, e que são desenvolvidos pela Administração Pública Municipal de Estância, por intermédio da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, bem como atender as demandas das demais secretarias que manifestaram interesse no presente procedimento.



Ademais, deve-se perceber que a infraestrutura adequada é necessária para a realização efetiva dos eventos com potencial abrangência, para assim obter a participação relevante da comunidade estanciana, bem como de turistas e visitantes proporcionando a todos conforto e segurança, além de repercutir de modo positivo no desenvolvimento econômico, cultural e turístico.

3.2. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em **tópico 6** do Estudo Técnico Preliminar.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. São requisitos de contratação:

4.1.1. A empresa deverá executar devidamente a prestação dos serviços dentro dos parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo da atividade relacionada ao objeto contratual.

4.1.2. A empresa vencedora deverá prestar o serviço, durante toda a vigência da Ata de Registro de preços, com a mesma aparelhagem e marca apresentados na proposta.

4.1.3. Cada item registrado será solicitado através da emissão da Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria Gestora.

4.1.4. O documento de que trata o subitem anterior terá caráter convocatório e será emitido em 3 (três) vias, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de convocação para assinatura. A primeira via do referido documento será enviada para o detentor do Registro de Preços, a segunda ficará acostado ao processo e a terceira via ficará de posse da Secretaria Gestora.

4.1.5. O detentor do Registro de Preços ficará obrigado a atender às ordens de serviços efetuadas dentro do prazo de validade do Registro de Preços, mesmo se a realização dos serviços constantes nos itens ocorrer em data posterior à do seu vencimento.

4.1.6. Não será aceita a realização dos serviços que não tenham sido autorizados ou que, por qualquer motivo, não estejam de acordo com os termos e condições estabelecidas neste Termo.

4.1.7. É **vedada a subcontratação**, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sob pena de rescisão.

4.1.8. A empresa prestadora dos serviços deverá utilizar equipamentos, comprovadamente, de sua propriedade, que possibilitem a execução do trabalho a ser desenvolvido, observando o que dispõe as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, Medicina do Trabalho Órgãos de fiscalização e controle.

4.1.9. Os equipamentos para a prestação dos serviços deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza, segurança, portar os equipamentos obrigatórios exigidos pelas Normas Regulamentadoras vigentes e de primeira qualidade;

4.1.10. Logo após concluído o procedimento licitatório, PODERÁ ser designado pela Secretaria Gestora, equipe de funcionários para vistoria *in loco*, com o fim de que seja avaliado e constatado a existência do objeto licitado.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A Prestação dos Serviços que tiveram seus preços registrados será efetuada através da emissão da Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria Gestora do Registro de Preços, conforme modelo do Anexo do Edital – Ordem de Serviço e as obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições



avencadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. O documento de que trata o subitem anterior terá caráter convocatório e será emitido em 03 (três) vias, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data de convocação para assinatura. As vias serão distribuídas entre o licitante de preço registrado, a Secretaria Gestora do Registro de Preços e o Setor de Licitações e Contratos, para arquivo nos Autos do Processo Licitatório correspondente.

5.3. A empresa detentora do Registro de Preços ficará obrigada a responsabilizar-se com as despesas referentes a:

a) Transporte, instalação, operação, equipamentos, montagem e desmontagem dos equipamentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias de todos os itens dessa licitação com todos os materiais/serviços que porventura venham a recair tais obrigações.

b) Licenciamento obrigatório do veículo, vistorias técnicas, combustível e motorista por conta da contratada (**itens 06,37,38 e 43**);

c) Licenciamento ambiental, Higienização e Limpeza (**itens 21 e 22**);

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias (**itens 42 e 44**).

e) Plano de contenção de pânico e incêndio.

5.4. A empresa vencedora do certame para os **Lotes 06,37,38 e 43** deverá apresentar, para fins de execução do objeto, Autorização Ambiental expedida pelo órgão ambiental competente a nível federal, estadual e/ou municipal, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

5.5. Os prazos, as quantidades, a forma de realização, de recebimento, de aceite e as demais condições de execução do objeto serão definidos na Ordem de Serviço e neste Edital e seus anexos.

5.6. Não será aceita a prestação de serviço que não tenha sido autorizada, ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.7. No caso de desconformidades na prestação do serviço, local de entrega, aceite e recebimento, beneficiário do Registro de Preços deverá sanar a irregularidade dentro do prazo que for estabelecido ou apresentar recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, cabendo ao órgão participante a solução definitiva da questão.

5.8. Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas na Lei 14133/21. A **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo** rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Instrumento Contratual.

5.9. Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados, no prazo máximo de 48 (horas). O local, as quantidades, a forma de realização, de recebimento, de aceite e as demais condições de execução serão definidas na Ordem de Serviço emitida;

5.10. A montagem deverá ser executada num prazo de 24 horas antes do evento para fins fiscalizatórios através das Ordens de Serviços, devendo a desmontagem ser realizada um dia após seu término;

5.11. A licitante **Contratada** deverá apresentar **ART/CREA** do engenheiro responsável e/ou **TRT/CFT** do Eletrotécnico responsável devidamente válida e quitada no período da execução dos serviços;

5.12. Caso haja interrupção ou atraso na prestação dos serviços solicitados, a **Contratada** entregará justificativa escrita em até 24 horas contadas do prazo de execução constante do lote;



5.13. A justificativa será analisada pela Secretaria Gestora que tomará as providências necessárias para adequação dos serviços;

5.14. Durante o transcorrer do evento, é **vedado aos seguranças (itens 42 e 44)**: fumar, consumir bebidas alcoólicas, portar aparelhos de som (celulares, mp3) com fones de ouvidos ou qualquer outro objeto ou equipamentos que possam atrapalhar a qualidade do serviço ou portar qualquer tipo de arma de fogo ou equipamento letal (revólver, faca).

6. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).



6.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7. DO CRITÉRIO DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na



proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá, após a verificação da qualidade e adequação do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, seguirá para liquidação.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá verificar se a empresa contratada mantém as condições de habilitação exigidas no edital, bem como identificar razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



7.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos de Habilitação Jurídica, Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica, de acordo com o Art. 62 da Lei 14.133/2021 e o **item 7 do Edital**.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1. DEVERES DO PROPONENTE QUE TENHA SEU PREÇO REGISTRADO



9.1.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato, obriga-se a EMPRESA PROPONENTE:

- a) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade ora contratada.
- b) Executar os serviços contratados em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos;
- c) Submeter à aprovação da Secretaria Gestora do RP toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações dos serviços, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal;
- d) Dispor de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção, obedecendo às disposições da legislação trabalhista;
- e) Relatar toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços;
- f) Responsabilizarem-se por todos os danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados ao Município ou a terceiros, por seus empregados ou cooperados, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **Secretaria Gestora do RP**.
- g) Manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que forem solicitados os comprovantes de regularidade fiscal;
- h) Apresentar a Secretaria Gestora nota fiscal/fatura, especificando todo o serviço realizado;
- i) Emitir, sempre que solicitado, e a qualquer tempo, relatórios referentes aos serviços prestados;
- j) Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;
- k) Cumprir com as especificações constantes no anexo deste Termo;
- l) Responsabilizar-se pela segurança dos seus equipamentos, antes, durante e após o evento;
- m) Disponibilizar equipe de apoio técnico, devidamente uniformizada, para ficar à disposição da organização geral do evento a fim de que possa solucionar eventuais ocorrências que possam acontecer antes e durante a realização do evento;
- n) Responsabilizar-se pelas despesas com o cumprimento das obrigações sociais, civis, fiscais e trabalhistas, decorrentes da execução total dos serviços, correndo todas por sua exclusiva conta, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do contratante para com estas obrigações;
- o) As despesas de transporte e alimentação da equipe de trabalho serão de responsabilidade da contratada;
- p) É de responsabilidade da contratada os danos causados no patrimônio de terceiros durante serviços de montagem e desmontagem da estrutura no evento;



- q) Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução dos serviços contratados, sem ônus para a Secretaria Gestora, desde que de responsabilidade da contratada;
- r) O prazo máximo para a entrega e montagem de toda a estrutura no local do evento é de 48 horas (quarenta e oito) antecedentes ao evento e diária entende-se por **24**(vinte e quatro) horas para os lotes solicitados;
- s) Substituir, sem ônus para a Secretaria Gestora, todos os materiais disponibilizados com defeito, que sejam identificados durante a montagem e utilização no evento;
- t) Manter a Secretaria Gestora informada sobre o andamento dos trabalhos, com o objetivo de evitar transtornos e atrasos na execução dos serviços;
- u) Atender a toda e qualquer solicitação de reformulação ou correção que se faça necessária ao bom andamento do evento;
- v) Gerenciamento de toda a estrutura do evento, observando a todo o momento às irregularidades e possíveis danos aos participantes do evento.
- w) Cumprir a legislação e as Normas Técnicas da ABNT inerentes a sua atividade;
- x) Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto indicado neste Edital e Termo de Referência, inclusive, e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva;
- y) Fornecer mão de obra qualificada, a fim de suprir as necessidades de transporte, montagem e desmontagem de todos os equipamentos, inclusive a retirada dos mesmos, bem como das despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe e demais despesas correlacionadas;
- z) Responsabilizar-se pelo enquadramento do evento nas normas previstas na Instrução Técnica nº 12 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe – CBMSE, conforme Lei Estadual nº 4.183, de 22 de dezembro de 1999;

9.1.2. Apresentar Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, com validade na data do evento;

9.1.3. Ser responsável pelo transporte e segurança física, estrutural e contra incêndios dos equipamentos, técnicos responsáveis, operadores, bem como alimentação de pessoal para montagem e desmontagem, mobilização, água, bebidas, hospedagem, guarda dos equipamentos, locomoção, combustíveis para os veículos e demais serviços ou materiais acessórios relacionados, de todo pessoal envolvido, direta ou indiretamente, na realização dos serviços;

9.1.4. Disponibilizar nos locais dos eventos extintores de incêndio de acordo com os padrões do Corpo de Bombeiros; **(Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38)**

9.1.5. A empresa deve ser responsável pela elaboração e demais custo com o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, bem como sua aprovação perante o Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe. **(Itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20 e 23);**

9.1.6. Confecção de material de sinalização de emergência de acordo com o Código de Segurança Contra Incêndio e



Pânico do Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe, referente ao Sistema Preventivo Contra Incêndio e Pânico (ABNT 15.219, NBR 9.077 e 13.434); **(Itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20 e 23)**;

9.1.7. Deverá ser apresentado comprovante de teste de Carga acompanhada do respectivo laudo técnico do órgão competente para a prestação de serviços de locação de estruturas; **(Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44)**

9.1.8. A empresa contratada que se enquadra nessa norma deverá se responsabilizar pelos equipamentos de proteção individual e coletiva conforme a NR 18;

9.1.9. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela **instalação e montagem** da estrutura para evento com **48 (quarenta e oito) horas** de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.

9.1.10. A desmontagem, a retirada dos materiais e equipamentos e a finalização dos serviços deverão ocorrer até **48 (quarenta e oito) horas** após a realização de cada evento, por conta da empresa contratada e sem quaisquer ônus adicionais para a **Contratante**.

9.1.11. Apresentar lista das equipes, acompanhado de cópias legíveis dos RGs, no prazo de 24 horas antes do evento, bem como o nome do líder da(s) equipe(s) que deverá estar devidamente identificado; cada equipe será formada a cada 5 integrantes e terá atuação de 08 horas/dia, observando a troca de componentes de acordo com a carga horária estabelecida pela CLT; **(Item 44)**

9.1.12. Responsabilizar-se pelo uniforme da equipe, tomando o cuidado para não ser semelhante aos da Polícia Militar; **(Item 44)**

9.1.13. O Fornecedor Registrado para o fornecimento de PAINEL DE LED, SOM, ILUMINAÇÃO E GERADOR **(Itens 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35)**, deverão possuir Engenheiro Eletricista ou Técnico em som e iluminação que atue, como responsável técnico durante a montagem e desmontagem dos equipamentos, expedindo à respectiva ART.

9.1.14. O Fornecedor Registrado para a locação de PALCO, CAMARIM e CAMAROTE e demais ITENS METÁLICOS **(Itens 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 39 e 40)**, deverá possuir engenheiro civil que atue, como responsável técnico durante a montagem e desmontagem dos equipamentos, expedindo à respectiva ART e TESTE DE CARGA **(Itens 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 13, e 38)**.

9.1.15. O Fornecedor Registrado para contratação de mão de OBRA DE SEGURANÇA **(Itens 42 e 44)**, deve possuir os registros e autorizações necessárias a execução dos serviços;

9.1.16. Apresentar atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou serviço compatível com objeto desta licitação. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documentos devidamente assinados, carimbados e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os serviços, acompanhado da respectiva ART – Anotação Técnica junto ao CREA e/ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica ao CFT de origem da licitante;

9.1.17. Registro da empresa e do(s) seu(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/CREA e/ou CFT Conselho Federal dos Técnicos Industriais.



9.1.18. Documentos relativos a capacitação técnico-profissional para os profissionais exigidos conforme Termo de Referência (Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Técnico em Eletricidade);

9.1.19. Comprovação que a licitante possui em seu quadro técnico na data de apresentação da documentação de habilitação e da proposta, comprovados mediante o registro em carteira de trabalho, ficha de registro na empresa, contrato social, registro no CREA, ou contrato de prestação de serviços, os seguintes profissionais, detentores de atestado de responsabilidade técnica:

- a) Engenheiro Civil (para palco, camarim, camarote e outras estruturas metálicas),
- b) Engenheiro Eletricista e Técnico (gerador, som e iluminação).

9.1.20. É EXPRESSAMENTE VEDADA À EMPRESA PROPONENTE:

a) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Estância/SE, para execução do contrato decorrente deste Pregão;

b) A veiculação de publicidade acerca da ata ou contrato dela decorrente, salvo se houver prévia autorização da **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo**;

c) A subcontratação parcial do objeto da licitação, ou associação da empresa proponente com outrem sem permissão e aprovação, por escrito, da **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo**;

c.1) A subcontratação total do objeto, ou a sua cessão ou transferência total a outrem, sendo possível a subcontratação parcial nos termos descritos no item anterior;

d) A inadimplência da Empresa Proponente, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração da **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo**, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a **Empresa Proponente** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo**.

9.2. DEVERES DA SECRETARIA GESTORA DA ATA

9.2.1. Na execução do objeto, obriga-se a **Secretaria Gestora** a:

a) Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela **Empresa Prestadora dos Serviços**;

b) Notificar, por escrito, à **Empresa vencedora do RP** quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

c) Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) apresentadas pela empresa, discriminando todo os serviços realizados;

d) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, depois de constatado o cumprimento efetivo das obrigações assumidas;

e) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle da execução dos serviços, que serão realizados por um representante (fiscal de execução), designado pela Autoridade competente, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021;

f) Proceder a vistoria de sonorização, iluminação, palco, house Mix, camarim, camarote, toldo, pórtico, entrada,



praticável, portal linha em trave, grade de contenção de público, fechamento metálico, gerador, sanitário químico, caixas de som ambientais, minitrio elétrico, trio elétrico de grande porte, painel de led, segurança uniformizado e carro de som, vetando a utilização daqueles que estejam em desacordo com os padrões estipulados.

- g) Apoiar e proporcionar os meios necessários à consecução das atividades desenvolvidas relacionadas no Objeto;
- h) Apontar profissional de seu quadro para o acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados pela **Contratada**, com consequente interação junto ao responsável pela execução do projeto;
- i) Efetuar os pagamentos à Contratada, na forma e nos prazos estabelecidos;
- j) Validar todos os itens a serem utilizados na estrutura do evento;
- k) Fornecer as informações relevantes à elaboração da estrutura;
- l) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a sua execução por um representante especialmente designado ou comissão, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- m) Atestar o documento fiscal encaminhado pela Contratada referente ao objeto;
- n) Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo;
- o) Notificar a Contratada, por escrito, a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- p) Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados pela Contratada;
- q) Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais previstas neste Termo de Referência, instrumento contratual e na legislação pertinente;
- r) Acompanhar a elaboração do projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, bem como sua aprovação perante o Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe. Todas as despesas referentes à confecção do mesmo são de responsabilidade da Contratada.

9.3. COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

9.3.1. Na execução do objeto, obriga-se o Órgão Participante:

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do ora pactuado, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao **Órgão Gerenciador**;
- c) Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços;
- d) Permitir ao pessoal da empresa proponente acesso ao local da execução do serviço, desde que observadas as normas de segurança;



e) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste termo.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Município.

Estância/SE, 12 de janeiro de 2024.

Ruidwilson de Jesus Carvalho
Diretor de Departamento
Portaria n.º 367/2022

Lidiane Souza Nobre
Secretária Municipal da Cultura e Turismo
Decreto nº 7.525/2021



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(encaminhamento obrigatório, imediatamente após a fase de lances)

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

Nome do Representante Legal: _____ RG _____ e CPF: _____

PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico n.º ____/____

ITEM ____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				R\$	R\$

1. Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado da data de abertura do certame, caso não seja indicado, será considerada de **60 (sessenta) dias corridos**.
2. Declaro que nos preços ora propostos e naqueles que por ventura vierem a ser ofertados, por meio de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis ao perfeito fornecimento dos produtos, tais como: impostos, taxas, transporte, acomodação, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que por ventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.
3. Declaro que estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada.
4. O prazo máximo para entrega dos produtos será de ____ **dias**, contados a partir da solicitação da Contratante.
5. O valor da proposta é de R\$ _____, nos termo acima.

Estância-SE, ____ de ____ de ____

(Carimbo e Assinatura do Representante legal da Empresa)



ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE CUSTO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

E-mail:

Banco: Agência:

Local/Data:

Conta-corrente Nº:

ITEM ____

ITEM	PRODUTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO BRUTO DO PRODUTO	VALOR TOTAL BRUTO DO PRODUTO	IMPOSTOS INCIDIDOS NO PRODUTO	VALOR DO TRANSPORTE DO PRODUTO	ENCARGOS GERAIS / OUTROS	LUCRO DA EMPRESA	VALOR FINAL DO PRODUTO
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA									

OBS: O licitante deverá inserir em sua **PLANILHA DE CUSTOS** demais elementos que incidam no preço do objeto e que não estão previstos neste MODELO.

Nome do Representante Legal: _____

CPF n.º: _____

OBS: CASO EXISTAM OUTROS ITENS PARA COMPOSIÇÃO DO PREÇO, FAVOR INSERIR NA TABELA.



ANEXO IV – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º ____/2024

O Município de Estância, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.097.050/0001-80, com sede na Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Centro, na cidade de Estância/SE, através da Secretaria Municipal da, neste ato representada pelo Secretário inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20...., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
CONTATOS:					
Item	Especificação / Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal da

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Fundo Municipal da Saúde
Secretaria Municipal da Educação
Fundo Municipal da Assistência Social
Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito
Serviço Autônomo de Água e Esgoto



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Dos limites para as adesões

4.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, prorrogável por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023, contados a partir da data da sua assinatura.



5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.7. O registro a que se refere o item 5.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 5.6.2 “a”** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.9.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.9.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.10. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.11. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro



de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.11.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no **item 5.9**, observando o item 5.9 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **item 5.6.2 “a”**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.14.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.14.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.15. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do



compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 9**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 5.9**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 7.2** e no **item 7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.



8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADO

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Estância(SE), ____ de _____ de ____.

XXXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXX
Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXX
Órgão Participante

XXXXXXXXXX
Órgão Participante

XXXXXXXXXX
Órgão Participante



XXXXX
EMPRESA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
CONTATOS:					
Item	Especificação / Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
CONTATOS:					
Item	Especificação / Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário



ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____, FIRMADO ENTRE O **MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DA _____** E A EMPRESA _____, NOS TERMOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º ____/____/ADM.

O MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, pessoa jurídica de Direito Público Interno do Estado de Sergipe, devidamente inscrito no CNPJ n.º 13.097.050/0001-80, com sede localizada à Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Centro, Estância/SE, CEP 49200-000, através de seu representante legal, o Prefeito _____, C.P.F n.º _____ e RG de n.º _____ SSP/SE, residente e domiciliado à Rua _____, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA _____**, neste ato representada pela Secretária, a Sra. _____, C.P.F n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliada na Rua _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, neste ato representada por _____, registrado no C.P.F n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, doravante denominada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n.*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato fundamenta-se no Art. ____ da Lei N.º 14.133/2021 e rege-se pelas disposições constantes no artigo n.º 92 do referido Diploma Legal (**Lei de Licitações e Contratos Administrativos**) e vincula-se ao Processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 83/2023**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR POR UNIDADE(R\$)
01				
02				
03				
04				
05				
06				



2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

3.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), podendo ser prorrogado de acordo com as disposições constantes no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para melhor adequação da necessidade da **Secretaria Municipal da _____**, observando as disposições do artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021.

3.3. A CONTRATADA será convocada, formalmente, para assinar o instrumento contratual, devendo ser assinado por seu representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito, **o prazo de 05 (cinco) dias úteis**.

3.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela prestadora de serviços, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **Secretaria Municipal da _____**.

3.5. Na assinatura do instrumento contratual e/ou retirada da nota de empenho de despesa e quando da realização do pagamento, poderão ser exigidas a apresentação das certidões atualizadas e a comprovação das condições de habilitação consignadas na Lei n.º 14.133/2021, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante a vigência do instrumento contratual.

3.6. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato e mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E REAJUSTE (art. 92, V e VI)

5.1. O valor da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

6.1. O pagamento decorrente deste contrato será empenhado pelo recurso da dotação orçamentária abaixo especificada:



Unidade Orçamentária	Função Programática	Projeto Atividade	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa	Subelemento	Saldo Orçamentário

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RETENÇÕES

7.1. Do valor global contratado para a prestação do serviço serão retidos os impostos devidos de acordo com as legislações vigentes.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Na execução do objeto do presente termo, obriga-se o CONTRATADO:

- a) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade ora contratada.
- b) Executar os serviços contratados em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos;
- c) Submeter à aprovação da Secretaria Gestora do RP toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações dos serviços, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal;
- d) Dispor de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção, obedecendo às disposições da legislação trabalhista;
- e) Relatar toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços;
- f) Responsabilizarem-se por todos os danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados ao Município ou a terceiros, por seus empregados ou cooperados, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **Secretaria Gestora do RP**.
- g) Manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que forem solicitados os comprovantes de regularidade fiscal;
- h) Apresentar a Secretaria Gestora nota fiscal/fatura, especificando todo o serviço realizado;
- i) Emitir, sempre que solicitado, e a qualquer tempo, relatórios referentes aos serviços prestados;
- j) Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;
- k) Cumprir com as especificações constantes no anexo deste Termo;
- l) Responsabilizar-se pela segurança dos seus equipamentos, antes, durante e após o evento;



- m) Disponibilizar equipe de apoio técnico, devidamente uniformizada, para ficar à disposição da organização geral do evento a fim de que possa solucionar eventuais ocorrências que possam acontecer antes e durante a realização do evento;
- n) Responsabilizar-se pelas despesas com o cumprimento das obrigações sociais, civis, fiscais e trabalhistas, decorrentes da execução total dos serviços, correndo todas por sua exclusiva conta, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do contratante para com estas obrigações;
- o) As despesas de transporte e alimentação da equipe de trabalho serão de responsabilidade da contratada;
- p) É de responsabilidade da contratada os danos causados no patrimônio de terceiros durante serviços de montagem e desmontagem da estrutura no evento;
- q) Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução dos serviços contratados, sem ônus para a Secretaria Gestora, desde que de responsabilidade da contratada;
- r) O prazo máximo para a entrega e montagem de toda a estrutura no local do evento é de 48 horas (quarenta e oito) antecedentes ao evento e diária entende-se por **24**(vinte e quatro) horas para os lotes solicitados;
- s) Substituir, sem ônus para a Secretaria Gestora, todos os materiais disponibilizados com defeito, que sejam identificados durante a montagem e utilização no evento;
- t) Manter a Secretaria Gestora informada sobre o andamento dos trabalhos, com o objetivo de evitar transtornos e atrasos na execução dos serviços;
- u) Atender a toda e qualquer solicitação de reformulação ou correção que se faça necessária ao bom andamento do evento;
- v) Gerenciamento de toda a estrutura do evento, observando a todo o momento às irregularidades e possíveis danos aos participantes do evento.
- w) Cumprir a legislação e as Normas Técnicas da ABNT inerentes a sua atividade;
- x) Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto indicado neste Edital e Termo de Referência, inclusive, e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva;
- y) Fornecer mão de obra qualificada, a fim de suprir as necessidades de transporte, montagem e desmontagem de todos os equipamentos, inclusive a retirada dos mesmos, bem como das despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe e demais despesas correlacionadas;
- z) Responsabilizar-se pelo enquadramento do evento nas normas previstas na Instrução Técnica nº 12 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe – CBMSE, conforme Lei Estadual nº 4.183, de 22 de dezembro de 1999;

8.2. Apresentar Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, com validade na data do evento;

8.3. Ser responsável pelo transporte e segurança física, estrutural e contra incêndios dos equipamentos, técnicos



responsáveis, operadores, bem como alimentação de pessoal para montagem e desmontagem, mobilização, água, bebidas, hospedagem, guarda dos equipamentos, locomoção, combustíveis para os veículos e demais serviços ou materiais acessórios relacionados, de todo pessoal envolvido, direta ou indiretamente, na realização dos serviços;

8.4. Disponibilizar nos locais dos eventos extintores de incêndio de acordo com os padrões do Corpo de Bombeiros; **(Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38)**

8.5. A empresa deve ser responsável pela elaboração e demais custo com o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, bem como sua aprovação perante o Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe. **(Itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20 e 23);**

8.6. Confecção de material de sinalização de emergência de acordo com o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe, referente ao Sistema Preventivo Contra Incêndio e Pânico (ABNT 15.219, NBR 9.077 e 13.434); **(Itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20 e 23);**

8.7. Deverá ser apresentado comprovante de teste de Carga acompanhada do respectivo laudo técnico do órgão competente para a prestação de serviços de locação de estruturas; **(Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44)**

8.8. A empresa contratada que se enquadra nessa norma deverá se responsabilizar pelos equipamentos de proteção individual e coletiva conforme a NR 18;

8.9. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela **instalação e montagem** da estrutura para evento com **48 (quarenta e oito) horas** de antecedência ao evento, indicada na ordem de serviço, para a realização de vistoria pelos devidos órgãos competentes de fiscalização.

8.10. A desmontagem, a retirada dos materiais e equipamentos e a finalização dos serviços deverão ocorrer até **48 (quarenta e oito) horas** após a realização de cada evento, por conta da empresa contratada e sem quaisquer ônus adicionais para a **Contratante**.

8.11. Apresentar lista das equipes, acompanhado de cópias legíveis dos RGs, no prazo de 24 horas antes do evento, bem como o nome do líder da(s) equipe(s) que deverá estar devidamente identificado; cada equipe será formada a cada 5 integrantes e terá atuação de 08 horas/dia, observando a troca de componentes de acordo com a carga horária estabelecida pela CLT; **(Item 44)**

8.12. Responsabilizar-se pelo uniforme da equipe, tomando o cuidado para não ser semelhante aos da Polícia Militar; **(Item 44)**

8.13. O Fornecedor Registrado para o fornecimento de PAINEL DE LED, SOM, ILUMINAÇÃO E GERADOR **(Itens 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35)**, deverão possuir Engenheiro Eletricista ou Técnico em som e iluminação que atue, como responsável técnico durante a montagem e desmontagem dos equipamentos, expedindo à respectiva ART.

8.14. O Fornecedor Registrado para a locação de PALCO, CAMARIM e CAMAROTE e demais ITENS METÁLICOS **(Itens 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 39 e 40)**, deverá possuir engenheiro civil que atue, como responsável técnico durante a montagem e desmontagem dos equipamentos, expedindo à respectiva ART e TESTE DE CARGA **(Itens 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 13, e 38)**.



8.15. O Fornecedor Registrado para contratação de mão de OBRA DE SEGURANÇA (**Itens 42 e 44**), deve possuir os registros e autorizações necessárias a execução dos serviços;

8.16. Apresentar atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou serviço compatível com objeto desta licitação. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documentos devidamente assinados, carimbados e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os serviços, acompanhado da respectiva ART – Anotação Técnica junto ao CREA e/ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica ao CFT de origem da licitante;

8.17. Registro da empresa e do(s) seu(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/CREA e/ou CFT Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

8.18. Documentos relativos a capacitação técnico-profissional para os profissionais exigidos conforme Termo de Referência (Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Técnico em Eletricidade);

8.19. Comprovação que a licitante possui em seu quadro técnico na data de apresentação da documentação de habilitação e da proposta, comprovados mediante o registro em carteira de trabalho, ficha de registro na empresa, contrato social, registro no CREA, ou contrato de prestação de serviços, os seguintes profissionais, detentores de atestado de responsabilidade técnica:

- a) Engenheiro Civil (para palco, camarim, camarote e outras estruturas metálicas),
- b) Engenheiro Eletricista e Técnico (gerador, som e iluminação).

8.20. É EXPRESSAMENTE VEDADA À EMPRESA PROPONENTE:

a) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Estância/SE, para execução do contrato decorrente deste Pregão;

b) A veiculação de publicidade acerca da ata ou contrato dela decorrente, salvo se houver prévia autorização da **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo**;

c) A subcontratação parcial do objeto da licitação, ou associação da empresa proponente com outrem sem permissão e aprovação, por escrito, da **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo**;

c.1) A subcontratação total do objeto, ou a sua cessão ou transferência total a outrem, sendo possível a subcontratação parcial nos termos descritos no item anterior;

d) A inadimplência da Empresa Proponente, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração da **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo**, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a **Empresa Proponente** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **Secretaria Municipal da Cultura e Turismo**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Na execução do objeto do contrato, obriga-se o CONTRATANTE a:

a) Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela **Empresa Prestadora dos Serviços**;

b) Notificar, por escrito, à **Empresa vencedora do RP** quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;



- c) Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) apresentadas pela empresa, discriminando todos os serviços realizados;
- d) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, depois de constatado o cumprimento efetivo das obrigações assumidas;
- e) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle da execução dos serviços, que serão realizados por um representante (fiscal de execução), designado pela Autoridade competente, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Proceder a vistoria de sonorização, iluminação, palco, house Mix, camarim, camarote, toldo, pórtico, entrada, praticável, portal linha em trave, grade de contenção de público, fechamento metálico, gerador, sanitário químico, caixas de som ambientais, minitrio elétrico, trio elétrico de grande porte, painel de led, segurança uniformizado e carro de som, vetando a utilização daqueles que estejam em desacordo com os padrões estipulados.
- g) Apoiar e proporcionar os meios necessários à consecução das atividades desenvolvidas relacionadas no Objeto;
- h) Apontar profissional de seu quadro para o acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados pela **Contratada**, com consequente interação junto ao responsável pela execução do projeto;
- i) Efetuar os pagamentos à Contratada, na forma e nos prazos estabelecidos;
- j) Validar todos os itens a serem utilizados na estrutura do evento;
- k) Fornecer as informações relevantes à elaboração da estrutura;
- l) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a sua execução por um representante especialmente designado ou comissão, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- m) Atestar o documento fiscal encaminhado pela Contratada referente ao objeto;
- n) Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo;
- o) Notificar a Contratada, por escrito, a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- p) Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados pela Contratada;
- q) Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais previstas neste Termo de Referência, instrumento contratual e na legislação pertinente;
- r) Acompanhar a elaboração do projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, bem como sua aprovação perante o Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe. Todas as despesas referentes à confecção do mesmo são de responsabilidade da Contratada.

9.2. COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

9.2.1. Na execução do objeto, obriga-se o Órgão Participante:



- a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do ora pactuado, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao **Órgão Gerenciador**;
- c) Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços;
- d) Permitir ao pessoal da empresa proponente acesso ao local da execução do serviço, desde que observadas as normas de segurança;
- e) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de



responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);



c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa:

(1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 01 (um) dia;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante; (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa; (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação; (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente; (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente



definidos na referida Lei; (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia; (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Estância/SE, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, assim, por acharem-se justos e acordados, assinam o presente termo em 03 (Três) vias de igual teor, para que possa surtir os efeitos jurídicos.

Estância/SE, __ de _____ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito de Estância/SE
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal da XXXXXXXXXXXXXXXX
Contratante

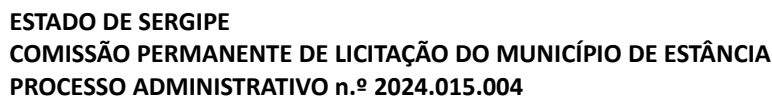
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratado

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____



DADOS DO PROCESSO

Ata de Registro: /20XX

Contrato:

Objeto: Aquisição de XXXXX

Contratante: Prefeitura Municipal de Estância

CNPJ: 13.097.050/0001-80

Contatos: xxxxxxxx@estancia.se.gov.br / 79 3522-XXXX

Responsável: xxxXXXXX

DADOS DA CONTRATADA

Empresa: XXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

Preposto: XXXXXXXXX

Pelo presente instrumento fica a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, AUTORIZADA a fornecer os seguintes produtos abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	LOTE	QTD.	UNID.	VLR. UNIT.	SUBTOTAL
Valor Total Autorizado						

6. Prazo de Entrega: até XXXXX horas, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento.
7. Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de XXXXXXXXX
8. Endereço de Entrega: XXXXXXXXXXXXXXXX

Estância/SE, XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

Nome do Representante Legal

Cargo

Decreto

SECRETARIA SOLICITANTE

Recebi em ____/____/____ Hora ____:____

Nome do Representante Legal

Cargo

CPF

CONTRATADA